

**A & C REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO &  
CONSTITUCIONAL**

a. 17

n. 69

jul./set. 2017

Editorial.....	9
The transformation of State and Law institutions in the information society	
<i>A transformação do Estado e das instituições jurídicas na sociedade de informação</i>	
<b>Illaria Bachilo, Maksim Shmakov</b> .....	11
1 Introduction.....	12
2 Objective reasons for the transformation of state and legal institutions.....	12
3 Objective challenges to the streamlining of governance. The problems of state and legal institutions.....	14
4 A look at the problem through the prism of the Russian information law.....	18
References.....	20
Globalization and convergence in judicial review: what can we learn from the case of Brazil?	
<i>Globalização e convergência no controle judicial da Administração Pública: o que podemos aprender com o caso do Brasil?</i>	
<b>Eduardo Jordão</b> .....	23
1 Introduction.....	24
2 The era of French dominance.....	26
3 The state of affairs after the decline of the French dominance.....	29
4 Conclusion.....	30
References.....	31
L'inversion des principes du contrat administratif	
<i>The inversion of administrative contract principles</i>	
<b>Thomas Passos Martins</b> .....	33
1 Introduction.....	34
2 L'inversion de l'exorbitance.....	37
2.1 L'autre portée de l'exorbitance.....	38
2.1.1 Les droits exorbitants du cocontractant de l'administration.....	39
2.1.2 Les sujétions exorbitantes de l'administration contractante.....	41
2.2 Le recul de l'exorbitance et l'inversion de la nature des rapports contractuels.....	43
2.2.1 La privatisation des contrats administratifs.....	43
2.2.2 Les limites de l'exorbitance.....	45
3 La prééminence de l'intérêt privé.....	46
3.1 La valorisation de l'intérêt du concessionnaire dans la théorie de l'équilibre financier....	47
3.2 La survalorisation de l'intérêt du délégataire et la réciprocité du droit à l'équilibre financier.....	49
4 Conclusion.....	51
Bibliografia.....	52
El derecho al olvido y a la protección de datos personales en Uruguay	
<i>The right to forgetfulness and protection of personal data in Uruguay</i>	
<b>Pablo Schiavi</b> .....	55
1 La protección de los datos personales en las redes sociales.....	56
2 El derecho al olvido en tiempos de "Google".....	58
3 Derecho al olvido y derecho a la protección de datos personales.....	65

4	La protección de datos personales en la legislación uruguaya.....	66
4.1	Régimen general .....	66
4.2	Principios generales .....	68
4.3	Derechos de los titulares de los datos .....	70
4.4	La acción de protección de datos personales .....	72
4.5	La Unidad Reguladora y de Control de Datos Personales .....	73
5	Reflexiones finales.....	74
	Referencias .....	75

#### Por que ter tribunais administrativos?

##### *Why have administrative courts?*

<b>Peter Cane</b> .....	77	
1	Introdução .....	78
2	O que é justiça administrativa? .....	79
3	Uma fórmula para a justiça administrativa em tribunais?.....	86
4	Competência dos tribunais .....	88
5	Legitimidade de agir .....	92
6	Processos .....	95
6.1	O modo paradigma da tomada de decisão .....	97
6.2	O revisor .....	99
6.3	O demandado .....	103
6.4	O demandante .....	103
7	Alternativas para o modo paradigma.....	104
8	Recursos.....	107
9	Conclusão .....	108
	Referências .....	109

#### Desvio de verba pública praticado por vereadores como crime contra a Administração Pública: um estudo de caso

##### *Misappropriation of public funds practiced by councilors as a crime against the Public Administration: a case study*

<b>Rogério Gesta Leal</b> .....	111	
I	Notas introdutórias .....	112
II	Os crimes contra a Administração Pública no Brasil: contextos normativos .....	113
III	O caso concreto.....	119
	Referências .....	124

#### O direito à participação popular como expressão do Estado Social e Democrático de Direito

##### *The participation right as an expression of the Social and Democratic State of Law*

<b>Adriana da Costa Ricardo Schier, Juliane Andrea de Mendes Hey Melo</b> .....	127	
1	Introdução .....	128
2	O direito fundamental de participação.....	128
3	A participação como pressuposto de realização do Estado Social e Democrático de Direito .....	135
4	Conclusão .....	143
	Referências .....	144

## Modalidades de judicialização da saúde: análise na jurisprudência do STF

### *Modalities of healthcare judicialization: analysis of the Supreme Court jurisprudence*

<b>Rosana Helena Maas, Mônia Clarissa Hennig Leal</b> .....	149
1 Introdução.....	150
2 A judicialização da saúde em foco.....	151
3 Modalidades da judicialização do direito à saúde.....	158
4 Análise das decisões da saúde a partir das modalidades de judicialização da saúde.....	160
5 Conclusão.....	163
Referências.....	163

## Direito administrativo e inovação: limites e possibilidades

### *Administrative law and innovation: limits and possibilities*

<b>José Vicente Santos de Mendonça</b> .....	169
1 Introdução.....	170
2 O que pode ser a inovação no direito administrativo brasileiro. Três requisitos de cautela.....	171
3 A lei de direito administrativo: ponte experimental imperfeita.....	173
4 A doutrina de direito administrativo: entre o centralismo e a proposta.....	177
5 A jurisprudência de direito administrativo: laboratório ou museu?.....	181
6 Síntese objetiva e encerramento.....	183
Referências.....	186

## Constitucionalidade da vinculação dos julgadores a precedentes judiciais

### *Constitutionality of binding judges to judicial precedents*

<b>Claudio Penedo Madureira</b> .....	191
1 Introdução.....	192
2 Inexistência de contrariedade ao princípio democrático.....	195
3 Inexistência de contrariedade aos princípios da legalidade e da separação de poderes.....	203
4 Distinção substancial entre a eficácia das súmulas vinculantes editadas com fundamento na Constituição e a vinculatividade das súmulas não vinculantes que assumem a forma de precedentes.....	204
5 Outras razões de ordem constitucional que justificam a vinculatividade dos precedentes.....	205
5.1 Os precedentes na dimensão da igualdade.....	205
5.2 Os precedentes da dimensão da segurança jurídica.....	207
6 Conclusões.....	208
Referências.....	209

## Fundamentos para a adoção de um modelo preventivo de responsabilização civil do Estado

### *Fundamentals for the adoption of a preventive model of civil liability of the State*

<b>Luzardo Faria</b> .....	211
1 Introdução.....	212
2 A confusão conceitual entre as categorias de responsabilidade civil, antijuridicidade e dano.....	214

3	As bases fundamentais da teoria da responsabilidade civil preventiva.....	217
4	A superação das críticas realizadas à teoria da responsabilidade civil preventiva .....	221
5	Tutela contra o ilícito: breves apontamentos sobre sua natureza jurídica e seu desenvolvimento no direito processual civil.....	225
6	A tutela contra o ilícito e o direito administrativo: instrumento para a responsabilidade civil do Estado preventiva.....	229
7	Conclusão .....	237
	Referências .....	238

O uso do poder de polícia administrativa pelos consórcios públicos constituídos como pessoas jurídicas de direito privado e a implementação do princípio constitucional da sustentabilidade

*The use of administrative police power by public consortia constituted as legal entities under private law and the implementation of the constitutional principle of sustainability*

	<b>Luana Renostro Heinen, Livia Solana Pfuetzenreiter de Lima Teixeira .....</b>	<b>243</b>
1	Introdução.....	244
2	Sustentabilidade como princípio constitucional.....	245
3	A constitucionalização do direito administrativo e a sustentabilidade .....	247
4	Consórcios públicos e o papel atuante do Estado.....	250
5	O uso do poder de polícia administrativa.....	254
6	O uso do poder de polícia pelas pessoas jurídicas de direito privado.....	256
7	O uso do poder de polícia pelos consórcios públicos e o princípio fundamental da sustentabilidade .....	259
8	Considerações finais.....	260
	Referências .....	261

#### DIRETRIZES PARA AUTORES

<b>AUTHOR GUIDELINES.....</b>	<b>263</b>
Condições para Submissão	
<i>Submission Preparation Checklist .....</i>	<b>268</b>
Declaração de Direito Autoral	
<i>Copyright Notice.....</i>	<b>269</b>
Política de Privacidade	
<i>Privacy Statement .....</i>	<b>269</b>
Política de Ética	
<i>Ethical Policy .....</i>	<b>270</b>